

A HISTORIOGRAFIA DO CURRÍCULO ESCOLAR NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

THE HISTORIOGRAPHY OF THE SCHOOL CURRICULUM IN BRAZIL AND ITS RELATIONSHIP WITH SOCIAL TRANSFORMATIONS

LA HISTORIOGRAFÍA DEL PLAN DE ESTUDIOS ESCOLAR EN BRASIL Y SU RELACIÓN CON LAS TRANSFORMACIONES SOCIALES

 <https://doi.org/10.56238/arev7n11-236>

Data de submissão: 19/10/2025

Data de publicação: 19/11/2025

Rafael Santana Alves

Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: fael2270@yahoo.com.br

Cristiana de Cerqueira Silva Santana

Doutora em Geologia com Pesquisas em Arqueologia Costeira Pré-Colonial

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: ccsilva@uneb.br

Dinani Gomes Amorim

Doutora em Ciências da Computação e Matemática Computacional

Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

E-mail: damorim@uneb.br

RESUMO

Este estudo revisa a historiografia do currículo escolar no Brasil, investigando sua evolução ao longo do tempo, com foco nas interações entre as mudanças sociais, políticas e econômicas. Nessa perspectiva, a pesquisa adota uma abordagem metodológica pautada na revisão de literatura, utilizando o método descritivo para analisar e sintetizar as contribuições dos principais autores da área. Desse modo, é válido destacar que, por meio desta pesquisa, observou-se que a história do currículo escolar no Brasil constitui um campo complexo e multifacetado, que reflete as transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos séculos. A relevância do estudo decorre do fato de que ele possibilita compreender a trajetória histórica do currículo escolar no país, além de identificar os desafios e as oportunidades para a construção de um sistema educacional mais justo, inclusivo e democrático.

Palavras-chave: Currículo. História da Educação. Transformações Sociais. Brasil.

ABSTRACT

This study reviews the historiography of the school curriculum in Brazil, investigating its evolution over time with a focus on the interactions among social, political, and economic changes. From this perspective, the research adopts a methodological approach based on a literature review, using the descriptive method to analyze and synthesize the contributions of the main authors in the field. Thus, it is worth emphasizing that this study shows that the history of the school curriculum in Brazil constitutes a complex and multifaceted field that reflects the transformations that have taken place in Brazilian society over the centuries. The relevance of this research lies in its contribution to

understanding the historical trajectory of the school curriculum in the country, as well as in identifying the challenges and opportunities for building a more just, inclusive, and democratic educational system.

Keywords: Curriculum. History of Education. Social Transformations. Brazil.

RESUMEN

Este estudio revisa la historiografía del currículo escolar en Brasil, investigando su evolución a lo largo del tiempo, con especial atención a las interacciones entre los cambios sociales, políticos y económicos. Desde esta perspectiva, la investigación adopta un enfoque metodológico basado en la revisión de la literatura, utilizando el método descriptivo para analizar y sintetizar las contribuciones de los principales autores del área. De este modo, cabe destacar que, a través de esta investigación, se observó que la historia del currículo escolar en Brasil constituye un campo complejo y multifacético, que refleja las transformaciones ocurridas en la sociedad brasileña a lo largo de los siglos. La relevancia del estudio se deriva del hecho de que permite comprender la trayectoria histórica del currículo escolar en el país, además de identificar los retos y oportunidades para la construcción de un sistema educativo más justo, inclusivo y democrático.

Palabras clave: Currículo. Historia de la Educación. Transformaciones Sociales. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre a historiografia do currículo escolar no Brasil e as transformações sociais é um campo de estudo crucial para compreender não apenas a evolução do sistema educacional brasileiro, mas também sobre as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam e são moldadas pela educação. Desse modo, é válido destacar que o currículo escolar, enquanto instrumento que delimita os conhecimentos, valores e práticas que são transmitidos nas escolas, reflete a influencia diretamente as transformações sociais de uma sociedade.

Nessa perspectiva, o presente artigo objetiva analisar a trajetória histórica da construção do currículo escolar no Brasil, desde suas origens até as suas configurações contemporâneas, evidenciando de que maneira as mudanças sociais, políticas e econômicas têm impactado esse processo. Ao longo de décadas, o currículo escolar tem sido alvo de disputas e negociações entre distintos grupos sociais, políticos e culturais, refletindo os interesses e as visões de mundo dominantes no decorrer de cada período histórico, conforme aborda diversos pesquisadores e estudiosas a exemplo de Carvalho (2022), Silva e Amorim (2017), Souza (2019).

Ademais, este estudo investiga acerca das transformações sociais, como o processo de urbanização, a industrialização, os movimentos sociais e as mudanças nos paradigmas educacionais, têm influenciado e, por conseguinte, impactado a elaboração e a implementação do currículo escolar no Brasil. Reconhece-se que a relação entre currículo e as transformações sociais é dialética, ou seja, as propostas curriculares tanto refletem as mudanças sociais, quanto podem atuar como um agente de transformação social, reproduzindo ou contestando as estruturas de poder e as desigualdades existentes na sociedade brasileira atual.

Partindo de uma análise historiográfica, o artigo busca lançar luz sobre as diferentes concepções, modelos e práticas curriculares que têm marcado a história da educação brasileira, destacando os momentos de ruptura e continuidade, bem como as tensões e contradições presentes no processo de elaboração e implementação do currículo escolar. Assim, ao compreender a história do currículo à luz das transformações sociais, espera-se contribuir para uma reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades de construção de uma educação mais democrática, inclusiva e emancipatória no Brasil. Todo o estudo metodológico foi feito com base em uma revisão de literatura, cujo método adotado versa sobre o descritivo.

2 METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma revisão de literatura narrativa com base no método descritivo, explorando a historiografia do currículo escolar no Brasil e sua relação com as

transformações sociais ocorridas ao longo dos tempos. Desse modo, para alcançar o objetivo geral que é “analisar a trajetória histórica da construção do currículo escolar no Brasil, desde suas origens até as suas configurações contemporâneas, evidenciando de que maneira as mudanças sociais, políticas e econômicas têm impactado esse processo”, foram definidas, detalhadamente, etapas metodológicas.

Para Oliveira (2011), a definição das etapas enquanto critério para construção de um estudo proporciona a base razoável para que se possa inferir sobre os resultados alcançados. Nessa perspectiva, a primeira etapa consistiu no escopo da pesquisa, sendo que esse foi definido com base no tema proposto, focando na história do currículo escolar brasileiro e sua interação com as transformações sociais desde a colonização até o momento educacional atual. A seleção das fontes configura-se como a segunda etapa, sendo que, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica em bases de dados acadêmicos, livros, artigos científicos, teses e dissertações, utilizando palavras-chave relacionadas a temática, como: “Currículo escolar”, “História da educação”, Transformações sociais”. Entre os principais autores que fundamentam o presente artigo, estão: Carvalho (2022); Silva e Amorim (2017), Souza (2019).

Diante disso, a terceira etapa consistiu na definição dos critérios de inclusão e exclusão, uma vez que esses foram estabelecidos de forma clara com o intuito de selecionar materiais a serem incluídos na revisão de literatura, considerando a relevância para o tema, o período de publicação e a qualidade acadêmica das fontes. Os materiais selecionados foram analisados, criticamente, identificando os principais temáticas, conceitos, abordagens e resultados apresentados pelos autores. A organização da fundamentação teórica, enquanto quarta etapa, ocorreu de modo a abordar os diferentes aspectos da historiografia do currículo escolar e a sua relação com as transformações sociais.

Desse modo, a interpretação dos resultados enquanto quinta etapa ocorreu à luz do quadro teórico e conceitual estabelecido, buscando-se compreender as conexões entre as mudanças no currículo escolar e as transformações sociais no contexto educacional e social brasileiro. A última etapa consistiu na discussão das fontes utilizadas na revisão de literatura, uma vez que foi construída uma síntese dos principais pontos abordados em cada fonte, destacando as suas contribuições para a compreensão da historiografia do currículo escolar no Brasil.

3 O CURRÍCULO ESCOLAR NO BRASIL COLÔNIA

A história do currículo na esfera educacional está relacionada a forma como o país, em especial, a sociedade brasileira se organizou desde o período colonial aos dias de hoje, uma vez que currículo e sociedade estão interrelacionados. A realidade é que o currículo é construído socialmente e historicamente. Para Silva, Soares e Pinto (2017), os saberes expressos nos currículos escolares, foram

definidos considerando o contexto social, político, econômico e cultural refletido em cada época da história.

Diante disso, comprehende-se que o currículo perpassa a lógica de ser constituído apenas por determinados conhecimentos ou conteúdo a ser ensinado pelos professores frente a efetivação do seu trabalho. A partir da análise da dimensão da cultura, observa-se que o currículo para ser construído e utilizado como elemento norteador da elaboração das propostas curriculares das mais diversas redes de ensino do Brasil, antes requer um planejamento, pautado em pesquisas e reflexões em torno da realidade social que esteve e está em constante movimento no país.

Por esse e por diversos outros motivos, o currículo é compreendido como um território complexo, uma vez que conforme aponta Arroyo (2013) configura-se como uma construção social histórica. Assim, entende-se que a aplicação do currículo requer um repensar da prática pedagógica, pois em cada período da história do Brasil a classe dominante exigiu que as instituições de ensino se adequassem a realidade sociocultural do país. Partindo desse fato, torna-se importante compreender sobre a história do currículo no país e a sua implicação no trabalho docente, no aprendizado discente e, em especial, no contexto social no qual foi efetivado nas escolas.

Pautando-se em Romanelli (1978), comprehende-se que pensar em educação em um determinado contexto e/ou período da história, é pensar esse contexto em toda a sua complexidade, uma vez que a ação educativa acontece conforme a realidade social na qual está imersa. Assim, para entender sobre o surgimento e a trajetória do currículo no Brasil é preciso adentrar na história, verificando como esse poderoso instrumento potencializador do ensino e da aprendizagem discente se concretizou no contexto educacional brasileiro ao longo dos séculos. Arroyo (2013) afirma que é através do currículo que surge as bases para o projeto educativo de um país e, sobretudo, de forma mais ampla o projeto da própria sociedade.

Ao adentrar na história, especialmente, durante o processo de colonização do Brasil por Portugal, observa-se que a educação era efetivada através do trabalho dos jesuítas da Companhia de Jesus (Silva; Soares; Pinto, 2017). O foco desses padres era catequizar os povos originários para a salvação da alma e, por conseguinte, concretizar a cultura dominante dos colonizadores visando neutralizar possíveis resistências por parte das tribos indígenas da época. De acordo com Saviani (2008), a atuação dos jesuítas em prol da Coroa Portuguesa, expressando o monopólio religioso sobre a educação durante o Brasil Colônia se fixou a partir de 1549. Paiva (2006, p. 57) evidencia que para os padres jesuítas:

Era preciso ser cristão, deixar-se batizar, ingressar na Igreja dos portugueses, ingressar em sua sociedade: ali estava a salvação. Fora dali, a condenação. Boa hora a da vinda dos portugueses!

Quem anuncia é o missionário, porta-voz da sociedade, que chegara se impondo pela força, destruindo sua primitiva condição. (Paiva, 2006, p. 57).

Para além do processo de catequização, a educação existente no Brasil durante os primeiros anos de colonização tinha a finalidade de atender aos interesses da elite do país que era constituída em sua maioria por analfabetos. Essa dinâmica demonstra que o ensino era estruturado a partir da seleção de conteúdos (curricularização) cujo objetivo era a promoção e fixação da hegemonia da cultura europeia e expansão do catolicismo por todo o Brasil (Silva; Soares; Pinto, 2017). Durante o período colonial a cultura considerada superior em relação à cultura local era a europeia. Para os portugueses a cultura indígena era primitiva, logo a necessidade de buscar civilizar os povos indígenas. Para Silva e Amorim (2017, p. 3),

A atuação pedagógica dos jesuítas influenciou o modo de educar os indivíduos na colônia segundo as suas posições sociais. Isso levou a níveis distintos de instrução: para os índios, os rudimentos da língua e os ofícios; para os brancos libertos, os rudimentos da escrita, da leitura e os ofícios; para as classes abastadas, os ensinos superiores que garantiriam a manutenção da estrutura de poder; já para os escravos africanos e alforriados, os ofícios (Silva; Amorim, 2017, p. 3).

Esse apontamento demonstra que o processo de distinção da educação entre as classes existentes na sociedade brasileira ocorre desde o período colonial, uma vez que assim como os dias de hoje o ensino oferecido não era e não é o mesmo para todas as pessoas. Fato errôneo, pois todos têm o direito de ter acesso a uma educação pública de qualidade e que seja verdadeiramente significativa para os educandos. Desse modo, a educação apresenta-se para Manacorda (1989) como um processo contínuo e processual no qual a partir das suas vivências e experiências em meio a sua tradição os seres humanos vão se constituindo enquanto seres pensantes. Contudo, a educação oferecida durante o período colonial não era para todos/as e, por sua vez, desconsiderava os saberes oriundos das tradições e da cultura dos povos originários.

O foco versava sobre a lógica da aculturação dos indígenas em meio a imposição da transmissão dos hábitos, costumes e normas consideradas civilizadas pela coroa portuguesa (Silva; Amorim, 2017). Essa tentativa de modificação da cultura dos povos originários aconteceu através da catequese cujo papel era possibilitar o domínio total dos indígenas pelos colonizadores. Saviani (2011) afirma que o processo de colonização não aconteceu de forma harmônica, pelo contrário. Os portugueses exploraram a terra, subjugaram os povos indígenas, implementaram uma educação pautada na aculturação, sendo que esses povos eram obrigados a participarem de catequeses para serem convertidos à força à religião dos colonizadores.

Contudo, em decorrência das inúmeras violências e violações sofridas, os povos originários entraram em confronto com os colonizadores, sobretudo, porque os portugueses além de querer impor a sua cultura, escravizou milhares de indígenas e desapropriaram terras consideradas pontos estratégicos para a Coroa portuguesa (Silva; Amorim, 2017). Entende-se que o trabalho dos jesuítas na esfera da educação brasileira ficou marcada na história pela elaboração e implementação do plano de instrução elaborado pelo Padre Manoel de Nóbrega que era o chefe destes religiosos no Brasil. Lima e Menezes (2008, p. 139) afirmam que para Nóbrega “os nativos não possuíam ídolos, não tinham fé em nada nem em ninguém, eram como um papel em branco, desprovidos de qualquer tipo de organização e liderança”, mero engano.

Nessa perspectiva, o Padre Manoel de Nóbrega definiu enquanto estratégia a ser adotada para que a organização e dinâmica do ensino tornasse efetiva, atuar com os filhos dos indígenas, sobretudo, através da utilização de órfãos enviados de Portugal para o novo mundo cujo propósito era estabelecer uma ponte destes com os meninos indígenas e, por conseguinte, com os jesuítas. Para Nóbrega, o pensamento pedagógico era centralizado na conversão e doutrinação dos povos indígenas a partir da ideia de civilizar pela palavra. Essa ideia foi utilizada pelo Padre José de Anchieta quando criou a gramática da língua geral e serviu de base para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na colônia (Saviani, 2011).

O trabalho efetuado por Nóbrega e por Anchieta no Brasil Colônia na definição de técnicas pedagógicas é denominado por pedagogia brasílica cujo instrumento para doutrinação é a catequese. É importante ressaltar que todas as experiências pedagógicas implementadas nos colégios jesuítas foram essenciais para a criação do Ratio Studiorum, ou seja, Plano de Estudos. Documento no qual definia os caminhos a serem percorridos pelos jesuítas para a realização das suas atividades pedagógicas cujo objetivo era potencializar o trabalho na busca pela instrução dos colonizados em um curto espaço de tempo. Segundo Neto e Maciel (2008, p. 12),

O Ratio Studiorum não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas (Neto; Maciel, 2008, p. 12).

Embora o termo currículo não tivesse sido ainda aplicado no Brasil Colônia, observa-se que o Ratio Studiorum tinha essa finalidade, pois definia as condutas e os procedimentos pedagógicos para direcionar o trabalho dos jesuítas. Hoje, entende-se que as ideias pedagógicas apresentadas no Ratio Studiorum, são denominadas na modernidade como pedagogia tradicional (Silva; Amorim, 2017). Compreende-se que o ensino durante a colonização divide-se em quatro enfoques, conforme aponta

Casimiro (2007), que são: atuação dos padres jesuítas; criação das primeiras escolas no Brasil e aplicabilidade do modelo de ensino jesuítico; criação das missões para difusão da fé e permanência do domínio das terras conquistas; e, apogeu da organização da Companhia de Jesus até a expulsão dos jesuítas de Portugal na segunda metade do Século XVIII, culminando no modelo educacional pautado nas reformas feitas pelo Marquês de Pombal. Para Silva, Soares e Pinto (2017, p. 14-15),

Outro marco do Brasil Colônia foi a denominada Reforma Pombalina (1759–1822), que trouxe os ideais iluministas para dentro da educação nos “trópicos”. O mote da educação era filiar-se a um movimento que ganhava gradualmente muito espaço dentro do contexto europeu e, especialmente, na universidade, que era a cisão do saber científico e da religião, criando um ensino laico. Um ponto de convergência com o modelo jesuítico é que ambos traziam consigo o projeto civilizador da sociedade local. Perceba que, neste momento, a organização dos saberes, que aqui é utilizada como sinônimo para currículo, busca romper com determinado aspecto da hegemonia, construindo um conhecimento desvinculado da religião e ligado ao saber científico (Silva; Soares; Pinto, 2017, p. 14-15).

A Reforma Pombalina embora seja um marco importante para a história educacional brasileira na tentativa de propagação das ideias iluministas, não se efetivou conforme planejado pelo Marquês de Pombal, pois o Brasil não tinha estrutura e os professores da época não dispunha de muita qualificação, uma vez que o trabalho docente ainda estava centrado no modelo jesuítico de educação (Neto; Maciel, 2008). Logo, evidencia-se que a implementação de um currículo perpassa pela existência de condições institucionais que são primordiais para o desenvolvimento do saber científico. Assim, o currículo foi fortemente influenciado pelo legado e pela cultura pedagógica jesuítica que perdurou durante o período colonial até os primeiros anos do império com a chegada da Família Real ao Brasil (Silva; Amorim, 2017).

4 A EDUCAÇÃO E O CURRÍCULO ESCOLAR NO PERÍODO IMPERIAL

A organização da educação e do currículo escolar no Brasil durante o período imperial está interligada ao modo como os portugueses chegaram ao território brasileiro, se fixaram e modificaram a dinâmica de vida dos povos originários, influenciando nas relações sociais que era completamente distinta da existente em Portugal. A realidade é que a única forma de organização estabelecida nesse período da história versava sobre a indígena ao tempo que possuíam a sua própria língua e cultura, embora fossem vistos pelos colonizadores como aculturados (França, 2008).

Com a chegada das primeiras caravelas portuguesas em terras tupiniquins, observou-se a necessidade de os colonizadores estabelecerem contato com os povos indígenas. Motivo que ocasionou a introdução da Língua Portuguesa pelos padres jesuítas cuja a finalidade era possibilitar que a relação dos colonizadores com os colonizados se tornasse possível através do processo de comunicação e

interação social. França (2008) destaca que os jesuítas desempenharam um excelente trabalho na introdução dessa língua que se configurou como um instrumento primordial para a Coroa Portuguesa acessar às riquezas brasileiras. Para Raymundo (1998, p. 43),

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (Raymundo, 1998, p. 43).

O período colonial ocorreu no Brasil entre os anos de 1500 a 1808, sendo que, poucos avanços no campo educacional aconteceram. Com a chegada da família real em 1808 ao país, a educação a princípio se apresentou como um elemento importante para os colonizadores, uma vez que a Corte Portuguesa necessitava consolidar uma nova administração da Colônia. Embora, a história aponte que poucos foram os investimentos realizados em prol do desenvolvimento da educação nesse período. Para Medeiros (2015), a educação na fase monárquica situada entre 1808 a 1889 não era uma prioridade para o Estado, pois o acesso ao conhecimento poderia ser uma ameaça para ampliação do controle e permanência da soberania portuguesa.

Entre os principais acontecimentos que ocorrem no Brasil com a chegada da família Real, destacam-se as mudanças profundas na estrutura social, política, econômica e cultura em meio a ideia de “civilizar”. A presente ideia tinha como prioridade a consolidação da hegemonia da Coroa Portuguesa, uma vez que a criação da Biblioteca Real e das poucas instituições de ensino durante o período imperial, bem como a chegada da Missão Francesa ao país apresentam-se como elementos fundamentais para a definição de uma proposta educacional para o Brasil. No entanto, o status quo da educação brasileira não mudou, porque os investimentos no campo educacional atenderam apenas aos interesses da aristocracia cujo propósito era apenas capacitar a elite da época. Silva, Soares, Pinto (2017, p. 14-15), afirmam que,

(...) a grande massa da população seguia apartada dos processos educacionais, pois os currículos e instituições que precisavam ser aprimorados eram, via de regra, relacionados ao segmento do ensino superior. Perceba que neste momento o currículo encontra as bases materiais necessárias, isto é, uma política de Estado atrelada às condições institucionais. (Silva; Soares; Pinto, 2017, p. 14-15).

Diferente do Brasil Colônia, durante o império observa-se que mesmo tendo as bases materiais associadas as condições institucionais, pouco foi feito pelo desenvolvimento da educação do país, sobretudo, para que a maior parte da população analfabeta nesse período tivesse acesso a instrução. Após a Proclamação da Independência no ano de 1822, especificamente, em 1823 foi estabelecido pelo

governo imperial o Método Lancaster também denominado por “ensino mútuo” enquanto modelo de ensino. Modelo este baseado na ideia que após passar por treinamento, conforme aponta Souza e Santos (2019), um discente (decurião) ficaria responsável por ensinar a um grupo de dez alunos (decúria), cuja finalidade era reduzir a necessidade de um quantitativo maior de professores. Esse fato revela que historicamente o professor sempre foi desvalorizado e relegado a segundo plano para o governo. O que é lamentável tendo em vista a relevância desse profissional para a formação dos educandos e de uma sociedade mais justa e equânime.

Em 1824 foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, sendo que, em seu Artigo 179 estava expressa a garantia “a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (Souza; Santos, 2019). Garantia essa nunca efetivada durante o período imperial. Passados três anos, o Método Lancasteriano foi instituído através da Lei de 15 de outubro de 1827 que estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras para meninos e meninas. A presente lei configura-se como a primeira a ser formulada de forma completa sobre a instrução pública nacional e que impulsionou a elaboração e definição de decretos oficiais, sendo que, o Método Lancaster foi aceito e defendido na Legislação pelos governantes da época. O referido Método baseava-se no processo de memorização, repetição e era pautado no ensino oral, sendo que a tentativa de institucionalizá-lo não obteve êxito, em especial, por falta de estrutura física, pedagógica e pela falta de professores com formação (Freire; De Paula, 2013).

Dentro desse contexto, no ano de 1834 possíveis avanços demonstraram acontecer no campo educacional, uma vez que, o governo imperial “autorizou” que as províncias assumissem “(...) a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que foram sendo criados e aprovados, sem que seja aplicado, pois não existiam escolas e poucos eram os professores”. (Nascimento, 2004, p. 95). Diante desse cenário, Castanha (2007) afirma que essa responsabilidade direta não foi concretizada em sua plenitude pelas províncias, pois todas as ordens/ orientações eram definidas pela Província do Rio de Janeiro que, por conseguinte, era a sede da Corte Portuguesa no Brasil. E as demais províncias apenas reproduziam o que era definido pelo denominado centro desenvolvido.

A proposta de descentralização do ensino associada a ideia de expansão do acesso à educação pela população não se concretizaria, uma vez que para isso ocorrer, era preciso que todas as províncias além da província do Rio de Janeiro tivessem recursos e condições básicas para isso acontecer. Essas condições eram inexistentes ao tempo em que a educação primária e secundária, hoje denominada educação básica, não era relevante em comparação ao ensino superior que foi implementado no Brasil de forma planejada e organizada conforme as ideias definidas pela e para a elite da época, residente no Rio de Janeiro (Meirelles, 2015).

Os fatos históricos apontam semelhanças com a realidade educacional atual, o que é lamentável após passadas tantas décadas. Moliterno (2023) evidencia que o governo brasileiro atualmente investe tanto em ensino superior quanto a média dos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enquanto os investimentos financeiros destinados à educação básica são três vezes menores que o clube dos países ricos. Retomando a análise crítica-reflexiva em torno do contexto educacional brasileiro durante o período imperial, comprehende-se conforme aponta Cardoso (2003, p. 125) que,

O interesse do Estado monárquico, sob o reinado de D. João VI, era desenvolver a formação de quadros dirigentes para a Administração e o Exército. O acesso aos estudos continuava prioritário para aqueles que, por sua posição na sociedade, podiam vir a ocupar cargos na administração pública ou privada (...). Assim, os Estudos Menores não tiveram maior significação (...) (Cardoso, 2003, p. 125).

Logo, é importante evidenciar que o ensino secundário no Brasil Império foi apenas uma prioridade para a elite que estudava nos denominados liceus e ateneus provinciais, cujo quadro docente era constituído pelos melhores professores da época. A história revela que a educação secundária nesse período concentrou-se nas iniciativas educacionais privadas, uma vez que, para acessar ao ensino superior a população tinha que receber a preparação necessária para esse fim. Assim, só estudava quem tinha poder aquisitivo e podia custear os estudos, ou seja, quem era rico (Silva; Soares; Pinto, 2017). Compreende-se que o objetivo da educação no Brasil Império versava sobre a formação da classe dominante. Piletti (1990, p. 41) diz que,

Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente, através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (Piletti, 1990, p. 41).

Nessa perspectiva, constata-se que embora o Ato Adicional de 1834 e a Constituição de 1891 tenham estabelecido a necessidade de descentralização do ensino, o governo não disponibilizou condições para que as províncias criassem uma rede organizada de escolas (Freire; De Paula, 2013). Aumentando o total descaso com a educação e, em especial, com o ensino público no Brasil Império. Quanto aos currículos escolares, esses eram constituídos pelos conhecimentos humanísticos, mas não expressava a ideia de um projeto de educação nacional capaz de impulsionar a estrutura socioeconômica do Brasil e mudar a vida da população mais carente.

5 A EDUCAÇÃO E O MÉTODOS DE ENSINO NO BRASIL REPÚBLICA

A educação escolar é de extrema importância para a transformação e mudança de vida das pessoas, uma vez que, a aquisição e ampliação de conhecimentos é imprescindível para a formação cidadã de sujeitos críticos-reflexivos perante a sociedade na qual fazem parte. Contudo, ao mergulhar na história educacional do Brasil, constata-se que a educação foi idealizada e planejada para ser conferida a elite em detrimento da grande maioria da população, apresentando-se assim enquanto um elemento poderoso de legitimação das diferenças sociais (Souza; Santos, 2019).

A história revela que no decorrer de décadas a educação no Brasil esteve interligada a classe dominante, cuja prioridade era atender aos seus próprios interesses. Logo, a Primeira República no Brasil iniciou no ano de 1889, sendo que, o sistema educacional nesse tempo refletia o que o país vivenciou durante o Período Colonial e Imperial, ou seja, a educação era totalmente desorganizada e a elite tinha o maior acesso. O Regime Republicano foi implementado no Brasil sob o signo da modernidade, sendo que a educação era o fator preponderante para garantir o progresso da nação. Para Silva e Souza (2011, p. 72-73),

No início do século XX, a educação no Brasil assumiu um lugar importante na estrutura política vigente, seria através dela que o país passaria do estágio de estagnação (vadiagem, doenças, vícios, baixa expectativa de vida), de condições degradantes no seio social para o desenvolvimento tendo como alicerce a cultura escolar que conduziria o sucesso da República, conduzindo a nação brasileira a disciplina, a qualificação para o trabalho, o fortalecimento da economia (sistema produtivo), a fixação do homem no campo e a consolidação da nova ordem que se instituía (Silva; Souza, 2011, p. 72-73).

Nessa perspectiva, no início do Regime Republicano o Estado de São Paulo realizou diversos investimentos no campo educacional, sobretudo, através da reforma do ensino e da criação de escolas graduadas com várias salas. Tornando-se referência para os demais Estados do país. Para Souza (1998) essa reforma definiu diretrizes gerais que direcionou o funcionamento da instrução pública no presente estado no decorrer das primeiras décadas do Período Republicano, sendo que, o ensino primário foi subdividido em dois cursos, ou seja: o preliminar e o complementar.

Foi a partir da construção dos denominados grupos escolares em locais estratégicos na cidade de São Paulo que a política educacional nesse Estado começou a ganhar força, uma vez que, a população exigia pela oferta de educação para todos de modo a mobilizar a vida da sociedade. Assim, Souza e Silva (2011) evidenciam que as relações de trabalho docente sofreram significativas mudanças, pois, como a educação configurava-se como o elemento central para o progresso da nação idealizado pelo Regime Republicano, acreditava-se que esse seria o momento propício para fortalecer

as bases para implementação do Sistema Educacional no Brasil e o fortalecimento da cultura escolar. Souza (1998, p. 49-50) afirma que,

A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e a padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a consequente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar (Souza, 1998, p. 49-50).

Desse modo, a educação no início do Período Republicano em São Paulo começou uma nova etapa de escolarização na qual o Método Lancaster não atendia mais as expectativas da política educacional da época, sendo substituído pelo Método Intuitivo no qual necessitava por professores com formação para ensinar com base na Pedagogia dos processos intuitivos. A implantação do método intuitivo, bem como a formação de professores apresentaram-se como os pilares do sistema educacional paulista. Cardoso (2010) afirma que as teorias envoltas a natureza e ao processo de formação do Estado, conduziram a realização de estudo acerca da relação entre a criação dos sistemas nacionais de ensino e a formação de pessoas para assumir funções estatais cuja finalidade era propagar as culturas nacionais dominantes na esfera dos novos Estados-nação, construindo assim uma unidade política e cultural.

Para alcançar esse objetivo, ou seja, estabelecer uma unidade política e cultural era preciso que houvesse a expansão do sistema nacional de ensino através da capacitação de novos docentes para atuarem nas escolas públicas, bem como de outros profissionais com qualificação para atuarem nos cargos da administração pública, conforme determinava a gestão política administrativa do Regime Republicano. Outros fatores preocupantes e que estavam relacionados a criação de um sistema nacional de ensino versava sobre a falta de estrutura física das escolas, a falta de matérias didáticos que potencializassem o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, a criação de escolas para meninos e meninas que funcionassem em um mesmo espaço físico, contudo em salas distintas. (Silva; Souza, 2011).

Nesse cenário surge o diretor escolar cuja função era fiscalizar o trabalho dos professores e manter a organização dos grupos escolares. Para Vidal (2000) a organização das unidades de ensino da época em grupos, possibilitava um maior controle do trabalho docente pelo diretor. Vale destacar embora houvessem as escolas isoladas e reunidas, durante o Brasil Republicano, os grupos escolares foram considerados como a escola republicana. No entanto, foi a partir da implantação da escola graduada que houve um esforço para uniformizar e padronizar o ensino, sobretudo, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Souza, 1998).

Durante o Regime Republicano o Estado de São Paulo investiu o maior quantitativo de recursos financeiros em educação. Contudo, esses investimentos não foram para beneficiar as camadas populares. Ao contrário, foram para atender aos objetivos e interesses da burguesia paulista contra a política oligárquica da época, uma vez que, para aumentar o seu eleitorado era preciso que São Paulo reduzisse o quantitativo da população analfabeta, pois, nesse período quem era analfabeto não tinha direito de votar. Conforme aponta Souza e Santos (2019), essa foi a real razão que levou o Estado de São Paulo a lutar contra o analfabetismo, uma vez que, a alfabetização era útil para assegurar às transformações político-eleitorais, bem como preparar a mão de obra de modo a atender a nova ordem econômica que surgira.

Embora, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tenham apresentado avanços no âmbito educacional, os demais Estados pouco avançaram e o analfabetismo durante a República era alarmante. Ao adentrar na história, constata-se que muitas foram as reformas criadas para buscar sanar essa problemática, bem como a desorganização do sistema educacional, a exemplo: Reforma Benjamin Constant; Lei Orgânica Rivadavia Corrêa; e Reforma Carlos Maximiliano. Essas reformas poucos efeitos surtiram, pois, o governo da época não tinha a preocupação em mudar a estrutura educacional. Embora tenha acontecido um movimento de modernização do ensino sob influência do positivismo, a educação pouco mudou.

No currículo escolar foi incluído disciplinas científicas e técnicas a exemplo da física, química, biologia e agronomia, bem como as disciplinas tradicionais. Contudo, o quantitativo de escolas criadas durante o Brasil República não foi suficiente para atender a demanda. As poucas escolas que foram abertas eram voltadas para atender aos alunos da elite. Frente ao total descaso com as camadas populares, diversos movimentos contra o analfabetismo surgiram por todo o Brasil cuja a principal reivindicação girava em torno da valorização da educação nacional.

6 ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR DA REPÚBLICA ATÉ OS DIAS ATUAIS

A historiografia destaca que durante a República Venha no Brasil (1889-1930), o currículo escolar continuava fortemente influenciado pela elite dominante e pelas políticas educacionais do período. Nessa época, o ensino era marcado por uma ênfase na moralidade, no civismo, refletindo os interesses das classes dirigentes em formar uma população obediente e patriótica, uma vez que, o currículo escolar era centrado e baseado em disciplinas tradicionais, como religião, língua portuguesa, matemática e história, com pouca ou quase nenhuma atenção voltada para às realidades sociais e culturais do país.

Ao refletir sobre o contexto educacional durante o Estado Novo, período compreendido entre os anos de 1937-1945, sob o governo de Getúlio Vargas, observa-se que houve um movimento de centralização e controle do currículo escolar pelo Estado. A educação foi utilizada como instrumento de propaganda e controle ideológico, com uma forte ênfase no nacionalismo e na exaltação do Estado, sendo que, o currículo escolar refletia os interesses do governo autoritário, com uma ênfase na formação de mão de obra para atender às demandas da industrialização em curso. Conforme aponta Ghiraldelli Jr. (1994, p. 81),

O Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (Ghiraldelli Jr., 1994, p. 81).

Durante o período democrático que seguiu até a queda do Estado Novo, o currículo escolar no Brasil foi influenciado por uma série de reformas educacionais e movimentos sociais. Entre esses destaca-se o movimento da Escola Nova que defendia uma abordagem mais centrada no educando e na construção do conhecimento, em contrapartida ao ensino tradicional centrado no professor e na memorização. Essa perspectiva influenciou mudanças curriculares que buscavam uma educação mais contextualizada e relevante para a realidade dos alunos. Segundo Romanelli (1979), o referido manifesto reivindicou ações concretas do Estado em relação a melhoria da educação no Brasil, bem como a laicidade do ensino público, gratuidade, a obrigatoriedade a coeducação, uma vez que entende-se que toda a população brasileira tinha o direito vital à educação.

Nessa perspectiva, é válido destacar que o currículo escolar durante a ditadura militar foi utilizado como um elemento de controle e dominação política, uma vez que, esse regime promoveu diversas reformas educacionais que objetivavam a doutrinação ideológica e a supressão do pensamento crítico. Houve uma imposição de um currículo autoritário, com forte ênfase na disciplina, no patriotismo e na modalidade, em detrimento da reflexão crítica e da diversidade de pensamento.

Após o processo de redemocratização, ocorreu uma retomada do debate acerca do currículo escolar e sua relação com as transformações sociais, sendo que, surgiram propostas de currículos mais flexíveis e contextualizados, que valorizassem a diversidade cultural e as diferentes formas de conhecimento. Contudo, persistem desafios para garantir uma educação de qualidade para todos, sobretudo, considerando as desigualdades sociais regionais existentes no Brasil.

Dentro desse contexto, é importante destacar que atualmente o currículo escolar no Brasil permanece sendo objeto de debate e disputa, refletindo as tensões e contradições presentes na

sociedade brasileira. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa uma tentativa de estabelecer diretrizes mais claras para o currículo escolar, buscando promover uma educação mais equitativa e inclusiva. Contudo, é essencial reconhecer que o currículo escolar não é um reflexo neutro da realidade, mas sim um campo de luta política e ideológica, onde diferentes atores buscam impor suas visões e interesses. Assim, a relação entre o currículo escolar e as transformações sociais continua sendo um tema central para compreender sobre os desafios e as possibilidades da educação no Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia do currículo escolar no Brasil revela uma relação direta com as transformações sociais que ocorrem no país no decorrer dos tempos e impactaram o contexto educacional brasileiro. Assim, esse artigo buscou explorar essa conexão, destacando como as mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais influenciaram a concepção, a implementação dos currículos educacionais no Brasil.

Diante disso, constatou-se que ao longo da história brasileira, o currículo escolar tem sido moldado por uma variedade de forças e interesses, refletindo as diferentes visões de educação e sociedade em cada período. Desde o início da colonização, passando pelo período imperial e pela República Velha até os dias atuais, especialmente, com o processo de democratização, os currículos tem sido objetos de disputas, negociações e transformações, à medida que a sociedade brasileira enfrenta novos desafios e busca novos horizontes.

Pautando-se na história, comprehende-se que durante o período colonial, o ensino no Brasil estava voltado para a catequização e a formação de uma elite letrada, refletindo os interesses da metrópole portuguesa. Com a independência e a proclamação da República, surgiram novas demandas por uma educação mais inclusiva e voltada para a formação de cidadãos conscientes e críticos. Contudo, as desigualdades sociais, econômicas e culturais continuaram a influenciar o currículo, limitando o acesso à educação de qualidade para a maior parte da população do país.

Nessa perspectiva, percebeu-se que ao longo do século XX, principalmente, a partir da segunda metade, o Brasil passou por profundas transformações sociais, políticas e econômicas, que também impactaram o campo educacional. A ditadura militar, por exemplo, impôs uma série de reformas que objetivaram controlar e reprimir a oposição política, promovendo uma educação autoritária e alinhada com os interesses do referido regime. Entretanto, essa política repressiva também gerou resistência e mobilização por parte de estudantes, professores e movimentos sociais que, por conseguinte, lutaram por uma educação mais democrática e libertadora.

Por fim, contatou-se que nos últimos anos, o povo brasileiro tem testemunhado novas mudanças no cenário educacional do país em decorrência, em especial, da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a implementação de políticas de inclusão e diversidade. No entanto, os desafios persistem, sobretudo, no que tange ao respeito à garantia do acesso à educação de qualidade para todos e ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais. Assim, conclui-se que é essencial que a historiografia do currículo escolar no Brasil continue a ser objeto de estudo e reflexão, buscando compreender as complexas relações entre educação e sociedade, bem como colaborando para o desenvolvimento de políticas educacionais mais justas e inclusivas. A realidade é que através do resgate das experiências passadas e da análise crítica do presente, pode-se construir um futuro mais promissor para a educação brasileira a partir de propostas curriculares inovadoras e contextualizadas com as diferentes realidades educacionais existentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. **Curriculum, território em disputa.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CANÁRIO, Rui. **O que é a Escola? Um “Olhar” Sociológico;** Porto Editora; Porto. 2005.
- CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Notas sobre a história da profissão docente no mundo luso-brasileiro. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira.** Maceió: EDUFAL, 2010.
- CARVALHO, Rita Costa de Paula. **Repensar e Recriar a Educação.** A Escola como Contributo para o Desenvolvimento Comunitário e Sustentável. 2022. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/27081/1/master_rita_paula_carvalho.pdf Acesso em: 12 dez. 2023.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. **Revista Politeia:** História e Sociedade, Vitória da Conquista, BA, v. 7. n. 1, p. 85-102, 2007. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/issue/view/22> Acesso em: 28 dez. 2023.
- FRANÇA, Sebastião Fontineli. Uma visão geral da educação. **Integração,** V. 1, p. 75-88, 2008. Disponível em: http://ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista_integracao/educacao_brasileira.pdf Acesso em: 28 nov. 2023.
- FREIRE, Vitória Chérida Costa; DE PAULA, Karolynne Barrozo. **A institucionalização do Método Lancasteriano durante o Império Brasileiro.** 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39161/1/2013_eve_kbpaula.pdf Acesso em: 10 dez. 2023.
- LIMA, Ana Lucia Sales de; MENEZES, Sezinando Luiz. Que proveja isto com temor, pois nós outros não podemos por amor: a ação catequética do Padre Manuel da Nóbrega nos trópicos entre 1549 - 1559. Nos trópicos entre 1549 - 1559. **Tempos Histórico,** v. 11, p. 129-149, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/rafae/Downloads/th_editor,+Gerente+da+revista,+1784-6388-1-CE.pdf Acesso em: 10 dez. 2023.
- MALIK, Leonor Arroio. **Será a Escola Facilitadora de Aprendizagens? O Empenhamento na Aprendizagem no Ensino Secundário.** Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821) / Juliana Gesuelli Meirelles — São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/j56gd/pdf/meirelles-9788568576960.pdf> Acesso em: 17 dez. 2023.
- MOLITERNO, Danilo. **Brasil investe tanto quanto países da OCDE no ensino superior, mas destina três vezes menos à educação básica.** CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-investe-tanto-quantos-paises-da-ocde-no-ensino-superior-mas-destina-tres-vezes-menos-a-educacao-basica/> Acesso em: 15 dez. 2023.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1989.

NASCIMENTO, Maria Isabel M. **A Primeira Escola de professores dos Campos Gerais-PR**, Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP- Faculdade de Educação, 2004. Disponível em: <https://ri.uepg.br/riuepg/handle/123456789/473> Acesso em: 01 dez. 2023.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcmq5qC7T6HR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 nov. 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-Prof_Maxwell.pdf Acesso em: 13 dez. 2023.

PAIVA, José Maria. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PILETTI, Claudino & PILETTI, Nelson. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12853513/os-principios-da-modernidade-na-pratica-educativa-> Acesso em: 27 nov. 2023.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 185-196, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/tGGWx3Dp58Sx3FmY8trzGyR/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 nov. 2023.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Matheus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 12, jul. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira> Acesso em: 26 dez. 2023.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciana Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.